



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UM OLHAR SOBRE O PARFOR.

Maria José Costa Faria¹
Rafaela da Paixão Gurjão²
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo³

Resumo:

Esta pesquisa é fruto do interesse por estudos e ações relacionadas com os currículos do curso de licenciatura da Universidade do Estado do Pará (UEPA) um olhar sobre o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) verificando se há a contemplação da temática dos direitos humanos e educação inclusiva. A pesquisa é do tipo qualitativa, tendo como participantes a coordenação geral do PARFOR, as coordenações de cursos de Educação Física, Pedagogia, Letras, Geografia e Ciências Naturais com Habilitação em Biologia e Matemática, dos professores e os acadêmicos. Utilizou-se para coleta de dados a entrevista do tipo semiestruturada, sendo os dados analisados e sistematizados em categorias de análise a partir dos conteúdos dos dados obtidos. Analisou-se que os currículos dos cursos de formação de professores contemplam parcialmente, visto que na formatação das ementas das disciplinas existem conteúdos formativos que asseguram discussões sobre a educação inclusiva, como os de Libras, Educação matemática e Inclusão, Linguagens Especiais e Comunicação, entre outras.

Palavras - Chaves: Direitos Humanos; Educação Inclusiva; Formação Inicial de Professores.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o marco fundamental desta exigência advém das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena que abranja o “acolhimento e o trato da diversidade”, assim como assegurem nos currículos de

¹ Pedagoga-Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional/ Especialista em Gestão Pública. Coordenadora Pedagógica na Universidade do Estado do Pará.

² Psicóloga – Psicóloga na Prefeitura Municipal de Marabá.

³ Professora Mestra Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo- Universidade do Sul e Sudeste do Pará.



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

cursos de licenciatura: “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas” (BRASIL, 2002, p. 3).

Considerando que a grande maioria dos estudos já realizados sobre o tema, não contempla uma exploração sobre os cursos de licenciatura do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e que no contexto atual, requer uma transversalidade dos Direitos Humanos na formação dos profissionais nos cursos de ensino superior, conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que vislumbra propostas para as universidades sem ferir sua autonomia, conforme a seguir:

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linha de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político. Na pesquisa, a demanda de estudos na área dos direitos humanos requer uma política de incentivo que institua esse tempo como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar (BRASIL/PNEDH, 2006, p.8)

Nessa pesquisa, buscamos enfatizar através das políticas, dos postulados teóricos o reconhecimento da condição humana e o direito de acesso à educação dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a partir da análise de uma proposta de formação do PARFOR aos docentes da educação básica, para atuarem na efetivação de práticas pedagógicas inclusivas na perspectiva dos direitos humanos, que garantam os direitos de acesso e permanência aos alunos. Considerando este contexto, surge a necessidade de se investigar através desse estudo se os currículos dos cursos de licenciatura da UEPA/PARFOR têm contemplado a temática dos direitos humanos e educação inclusiva na formação inicial dos professores para docência na educação básica?

Com a finalidade de identificar e analisar se os cursos de licenciatura do Programa PARFOR da Universidade do Estado do Pará tem contemplado uma formação que possa contribuir com a atuação dos professores em formação



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

público-alvo do programa, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas na perspectiva dos direitos humanos.

No texto que se segue, apresentamos a reflexão de fundamentação teórica sobre a temática, a partir dos seguintes pontos: Fundamentos em Direitos Humanos e diversidade, Educação Inclusiva e Formação do professor no contexto dos direitos humanos e educação inclusiva.

1. Fundamentos em Direitos Humanos e diversidade

Conceituar direitos humanos é uma tarefa difícil, pois existem vários olhares e concepções acerca do assunto. De acordo com Carbonari (2009) é polissêmico, pois, por mais que tenha gerado acordo e consensos, isso não lhe dá um sentido único, é controverso, pois abre espaços de discussão e debate polêmicos, e é estruturante, pois diz respeito às questões que tocam a vida de todos e de cada um, e partir dessas concepções as grandes conferências sobre temas sociais promovidas pela Organização das Nações Unidas os definem como universais, indivisíveis, interdependente, e relacionados entre si, devem ser tratados de forma global e de maneira justa e equitativa.

Segundo Melgaré (2009), os direitos humanos são apresentados como “uma alternativa para a nossa incontornável situação de coexistência (...), uma diretriz axiológica a ser observada, que implica a assunção de uma postura de respeito à dignidade humana”. A relação estabelecida com a dignidade humana envolve a diversidade permeada pelo conceito de igualdade/desigualdade, estando dialeticamente relacionada com exclusão/inclusão.

Desta forma, é a partir da dimensão da diversidade e da diferença reconhecida, que surge o desafio de através da formação, propiciar espaços de diálogos para que se possa compreender, internalizar e conceituar inclusão e diversidade, e pensar estratégias metodológicas de garantia sobre o que se define como inclusão da diversidade na perspectiva dos direitos humanos, nesse contexto, a escola (no conjunto de sua dimensão: institutos, universidades),



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

principalmente nas relações de ensinar e aprender, ocupa espaço importante no processo de formação e socialização dos saberes as novas gerações, representa um local privilegiado para reflexão, discussão e promoção da diversidade e inclusão de pessoas com deficiência.

2. Educação Inclusiva

Com a Declaração Mundial de Educação para Todos na Conferência Mundial da UNESCO, em 1990, o Brasil optou pela construção de um sistema educacional inclusivo. E com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmou esse compromisso e deu visibilidade às questões relativas à inclusão e exclusão na educação. Desde então, instalou-se um processo de profundas transformações no sistema educacional brasileiro, que teve, como desdobramento, mudanças na legislação e na elaboração de Diretrizes nacionais para a educação, todas elas norteadas pela ideia da educação inclusiva.

Diversas pesquisas têm evidenciado ser a educação inclusiva tão ou mais benéfica que a segregada para todos os alunos (AINSCOW; PORTER; WANG, 1997; PASTELLS, 1993; SEKKEL, 2003). Com base nos resultados dessas pesquisas há indícios de que com o processo de inclusão educacional há ganhos significativos, e não há registros de quaisquer efeitos adversos com relação aos processos de aprendizagem ou de socialização.

Esta reflexão é ressaltada por Ortega (1995), o qual critica “sem que se alterem os objetivos a serem atingidos pelos alunos, sem modificar, assim, o método ou mesmo o ritmo e a dinâmica das aulas, mas com a imposição de limites claros para a flexibilidade na instituição educacional”, a inclusão escolar não será possível de ser efetivada.

Para Silva (1995), currículo é “o conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes”. Desta maneira, o currículo é ampliado para todas as relações que perpassam o processo dessa organização:



12 a 14
DE NOVENBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

desde a escolha sobre o que priorizar a ser ensinado na escola, até a decisão sobre quem determina esses – e outros – aspectos que comporão o processo ensino-aprendizagem como um todo.

Como se dá a exclusão através do currículo? Uma delas é selecionando conteúdos desvinculados das realidades dos alunos. Os estudantes chegam às instituições de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior e muitas vezes podem se deparar com ensinamentos e/ou práticas que em nada ou pouco conseguem ser associadas à sua vida cotidiana ou ainda no caso de professores em formação, das práticas vivenciadas em suas atividades docentes considerando que temos nesse estudo um perfil de acadêmicos/professores, e a aprendizagem, nesse âmbito conseqüentemente, não amplia o universo de conhecimentos tornando-se sem significado para a sua formação/atuação docente.

3. Formação do professor no contexto dos direitos humanos e educação inclusiva

Com a adesão do Plano de Desenvolvimento na Escola – PDE, em 2007, os estados e municípios foram convidados a elaborar seus Planos de Ações Articulada – PAR e, apontaram suas necessidades a partir das demandas, apresentando ações e metodologias, que visavam assegurar um dos princípios de formação elencado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), para todos os professores que atuam na educação básica, conforme o texto do Título VI, artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Desta forma, a universidade tem como papel na formação em nível superior a “missão de ofertar à sociedade uma reflexão relevante sobre a situação dos direitos humanos no país, incentivando e realizando debates capazes de garantir seu exercício e zelo”. Para a efetivação da missão o mais eficiente é desenvolver ações pedagógicas para a formação de profissionais sensibilizados para uma atuação cidadã, fortalecida pelos princípios éticos e comprometida com os direitos e as liberdades fundamentais através do diálogo e mediações com ações multi e interdisciplinares entre os diferentes saberes, áreas e práticas (BRASIL/PNEDH, 2003).

A formação inicial do professor para e em direitos humanos ainda é uma discussão recente e de pouca expressão como conteúdo formativo nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, cabe às universidades desenvolverem saberes que possibilitem uma formação paralela com a realidade da escola, formando ou qualificando os futuros educadores para a atividade docente embasada em uma prática didático-pedagógica para a diversidade, eliminando o processo de homogeneização tão presente nas relações de ensino e aprendizagem que fortalecem a exclusão (MESQUITA, 2007).

Para Candau (1999 – 2000), o importante na educação em Direitos Humanos é ter clareza do que se pretende atingir para construir estratégias curriculares e pedagógicas coerentes com a visão do que vamos assumir, privilegiando a participação dos sujeitos envolvidos no processo, isto é, que as políticas de formação assegurem programas que de fato efetivem a formação em direitos humanos.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 – Fundamentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa se fundamenta com base na abordagem qualitativa, a qual se caracteriza por apreender os dados da sua fonte direta e a participação direta do pesquisador (LUDKE, 2007).



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Considerando que a finalidade deste estudo foi investigar se os currículos dos cursos de licenciatura da UEPA/PARFOR contemplavam a temática dos direitos humanos e educação inclusiva na formação inicial dos professores para docência na educação básica.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados roteiros de entrevistas semiestruturadas, análise documental dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Licenciatura da UEPA, especificamente (Educação Física, Pedagogia, Letras, Geografia e Ciências Naturais com Habilitação em Biologia e Matemática), assim como dos Planos de Ensino de algumas disciplinas, como: Psicologia, Políticas Públicas, LIBRAS, Tecnologias Assistivas, Educação Física Adaptada que poderiam ter uma relação direta com a temática dos Direitos Humanos e Educação Inclusiva.

Foram analisados nos documentos, as carga horárias relativas às Atividades Complementares, assim como Planilha descritiva dos conteúdos com a finalidade de compreender como o processo de formação inicial de professores PARFOR/UEPA pode estar contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas balizadas pelos princípios dos direitos humanos.

4.2 – Contexto da Pesquisa: UEPA/PARFOR

O Campus Universitário de Marabá conta hoje com 734 estudantes, de 30 turmas, matriculados nos cursos que pertencem ao Centro de Ciências Sociais e Educação-(CCSE), Centro de Ciências Naturais e Tecnologia-(CCNT) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-(CCBS).

O Campus VIII realizou matrículas de acadêmicos vinculados ao CCSE nos cursos do PARFOR nas áreas de Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Biologia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras só foi ofertado para entrada no 1º semestre de 2011.



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

4.3 – Local da Pesquisa

A pesquisa teve como *lócus* a Universidade do Estado do Pará – UEPA Campus VIII em Marabá, e os espaços externos com a coordenação Geral e de Cursos/Belém do PARFOR. Foram explorados documentos institucionais como os Projetos Pedagógicos dos cursos, os Planos de Ensino de algumas disciplinas que serão apresentadas nos resultados e discussão desta pesquisa assim como as Ementas das disciplinas, as quais foram também analisadas.

4.3.1 – Sujeitos Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa serão apresentados conforme o quadro abaixo:

QUADRO 01- PERFIL DOS COORDENADORES E PROFESSORES

SUJEITO DA PESQUISA	SEXO	TEMPO DE ATIVIDADE DOCENTE	FORMAÇÃO
COOR.GERAL	F	+20 ANOS	Licenciada em LETRAS Pós Graduação Lato-sensu Língua Portuguesa e Mestrado em Linguística.
COOR. LETRAS	F	31 anos	Licenciada em LETRAS/UFPA Especialização em Língua Portuguesa/UECE, Mestrado em Linguística /UFPA, Doutorado em Linguística/USP.
COOR.BIOLOGIA	F	25 anos	Licenciatura em Pedagogia Orientação e Supervisão-UNAMA/2002 Especialista em Currículo e Avaliação/UEPA(2004) Mestrado em Educação; Formação do Educador – dimensão política – pedagógica /UNISANTOS(2006)
PROF. PSICOLOGIA 1 Letras	M	20 anos no Ensino Superior	Bacharel em Teologia Especialista em Filosofia da Religião, Licenciatura Plena em Psicologia, Formação de Psicólogo Clínico, Aprimoramento Profissional em Clínica Aprimoramento Profissional em Psicodiagnóstico Psicanalítica e Orientação Vocacional, Mestre em Teologia, Mestre em Educação.

Fonte: Faria e Gurjão, 2015

12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Participaram também da pesquisa os acadêmicos, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 02 - PERFIL DOS ACADÊMICOS

SUJEITO DA PESQUISA	SEXO	ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
ACAD. EDUCAÇÃO FÍSICA1	M	Educação Básica- Profº de Educação Física	Magistério Sociologia Licenciatura em Educação Física
ACAD. EDUCAÇÃO FÍSICA2	F	Educação de Jovens e Adultos–EJA e Ensino Fundamental	Magistério Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Educação Física
ACAD. PEDAGOGIA1	F	Professora de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Pedagogia
ACAD. PEDAGOGIA2	F	Professora de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Pedagogia
ACAD. LETRAS1	M	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Letras
ACAD. LETRAS2	M	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Letras
ACAD. BIOLOGIA 1	M	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Biologia
ACAD. BIOLOGIA2	M	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Biologia
ACAD. MATEMÁTICA1	F	Professora de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Matemática
ACAD. MATEMÁTICA2	M	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Matemática
ACAD. GEOGRAFIA1	F	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura em Geografia
ACAD. GEOGRAFIA2	F	Professor de Educação Básica	Magistério Licenciatura Pedagogia e em Geografia

Fonte: Faria e Gurjão, 2015

4.4 – Etapas da pesquisa

O primeiro passo para a investigação foi entrar em contato com a coordenação Geral do programa PARFOR, via documento oficial assinado pela orientadora do trabalho e encaminhado pelas pesquisadoras. Neste documento



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

estavam informando sobre o estudo seus objetivos, os sujeitos partícipes: pesquisadoras, acadêmicos, coordenadores e professores.

Na sequência, com o aceite e autorização da pesquisa, foram solicitados os arquivos dos projetos Político Pedagógico dos Cursos (PPC), e as Ementas das disciplinas de Linguagem Brasileira de Sinais- LIBRAS, Educação Matemática e Inclusão, Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Educação Especial, Educação Física Adaptada, Políticas Públicas e Educação dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia, Letras, Geografia e Ciências Naturais com Habilitação em Biologia para análise documental.

Outros documentos solicitados foram as Planilhas descritivas dos conteúdos trabalhados em sala de aula, pois não foi possível termos acesso a todos os Planos de Ensino das disciplinas selecionadas.

Os documentos e instrumentos da pesquisa foram encaminhados via e-mail juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também aos coordenadores dos cursos e professores, com os questionamentos relativos a cada área de atuação.

Foram realizadas as entrevistas com os acadêmicos dos supracitados cursos de modo presencial, com questões que versaram sobre disciplinas que abordaram conteúdos referentes às questões dos direitos humanos e educação inclusiva, se os conteúdos ministrados nas disciplinas oportunizaram uma formação de qualidade e crescimento prático/ intelectual suficientes para atuação, as dificuldades vivenciadas no exercício da docência em relação a implementação de uma educação inclusiva que assegura a materialidade dos direitos humanos dos alunos.

Outros arquivos que se constituíram documentos para análises foi o Relatório de carga horária das Atividades Complementares, que na estrutura do currículo, somam um quantitativo de 200 (duzentas) horas e estão asseguradas no Projeto Político Pedagógico e que todos os acadêmicos devem apresentar como formação complementar, adquiridas ao longo do período de formação e



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

são originadas a partir da participação dos estudantes em diferentes ambientes acadêmicos.

A coleta de dados ocorreu nos meses de abril e maio de 2015.

24.5- Procedimentos de análise dos dados

4.5.1 – Tratamento dos dados

Os dados coletados através das análises dos documentos como projetos pedagógicos dos cursos, foram relacionados com os dados obtidos através de questionários e roteiros de entrevistas foi explorado com base nas questões convergentes e que contemplavam o mesmo conteúdo.

4.5.2- Categorização dos dados

Os dados da entrevista semiestruturada foram analisados e sistematizados em categorias de análise a partir dos conteúdos dos dados obtidos, sendo estruturadas da seguinte forma: 1) Presença de conteúdos sobre educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos na proposta curricular PARFOR/UEPA/Marabá; 2) Concepções de Educação Inclusiva e Direitos Humanos presentes nos documentos e discursos; 3) Os currículos e a formação de professores na área Educação Inclusiva na perspectiva dos direitos humanos; 4) A prática formativa e seus potenciais para atuação docente considerando os princípios da educação inclusiva/direitos humanos; 5) Desafios da prática pedagógica inclusiva e propostas para os currículos de formação.

4.5.3 – Procedimentos para análise dos dados

Os dados foram analisados a partir de uma organização prévia dos conteúdos de pesquisa, oriundo das entrevistas e questionários aplicados e das análises de documentos. Posteriormente, os dados foram categorizados com base nas categorias de análise.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DE DADOS

Os resultados da pesquisa apresentam uma resposta à questão central sobre os currículos dos cursos de licenciatura da UEPA/PARFOR e sua



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

contemplação a temática dos direitos humanos e educação inclusiva na formação inicial dos professores para docência na educação básica, que com base nas discussões presentes em cada categoria de análise, foi possível sistematizar.

1) Presença de conteúdos sobre educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos na proposta PARFOR/UEPA/Marabá

Ao considerarmos os cursos de licenciatura do PARFOR/UEPA/Marabá, tivemos acesso aos projetos pedagógicos dos seguintes cursos: Educação Física, Pedagogia, Letras, Geografia e Ciências Naturais com Habilitação em Biologia e Matemática, no qual evidenciou, na maioria, a presença de conteúdos nas disciplinas (Psicologia da Educação, Políticas Educacionais, Libras e Educação Matemática e Inclusão) que potencialmente, poderiam fomentar a abordagem de conteúdos sobre direitos humanos e educação inclusiva.

Em contrapartida, percebem-se muito aquém as discussões desenvolvidas no plano de ensino dos professores, quando estabelecemos parâmetros entre o plano de ensino e as respostas do acadêmico de Biologia para uma efetivação da educação especial numa perspectiva dos direitos humanos.

No curso de Educação Física ofertou as disciplinas: Educação Física Adaptada e Políticas Públicas, nas quais os planos de ensino se propõem a trabalhar conteúdos que proporcionam estudos e discussões acerca das competências e habilidades para educação inclusiva.

Observa-se que nos cursos de Letras, Pedagogia e Geografia os acadêmicos obtiveram conhecimentos sobre LIBRAS, mas não aparece nos planos de ensino dos cursos Letras e Geografia outros momentos de discussão sobre as demais necessidades educacionais especiais.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

2) Concepções de Educação Inclusiva e Direitos Humanos presentes nos documentos e discursos

Ao analisarmos os currículos dos cursos não há visibilidade no referencial teórico que fundamenta os cursos, nos objetivos de formação e no perfil do graduado, conteúdos, estudos e discussões que remetam a temática com a especificidade e aprofundamento necessário. O que se identifica nos documentos institucionais, são ementas que apontam disciplinas/conteúdos que convergem para as discussões em educação inclusiva.

Percebemos a ausência de conteúdos formativos que discutam ou que favoreçam estudos e debates acerca dos direitos humanos e educação inclusiva, é um indicativo de que é necessário uma avaliação por parte do comitê gestor e dos coordenadores dos cursos na proposta e no desenho curricular dos cursos para que possam introduzir conteúdos formativos que possibilitem acesso aos conhecimentos acerca da temática, visto que a despeito das previsões existentes nos PPC's, que se fundamentam nos instrumentos legais como a Constituição Federal, a LDB-9394/96, Resolução CNE/CES-07/2002 e outros.

3) O currículo e a prática formativa para atuação do docente pautada nos princípios da Educação Inclusiva na perspectiva dos direitos humanos

A realidade encontrada nos cursos do PARFOR mostra que o currículo aplicado na formação dos acadêmicos, não os qualifica com autonomia para o exercício da docência quanto ao público alvo da Educação Especial (Deficiência Intelectual, Física; Transtorno Integrativo da Infância e Altas Habilidades), há apontamentos e direcionamentos para um ou dois casos específicos, como percebemos nos planos de ensino dos cursos.

As análises documentais (PPC, Planos de ensino e as Planilhas descritivas dos conteúdos), e os discursos (elementos apresentados nas entrevistas), demonstram que em alguns cursos ocorreu apenas a exigência a partir do que está estabelecido no currículo, um tanto distorcida, tendo em vista



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

que algumas disciplinas são optativas, configurando em uma formação inadequada diante das exigências legais, não atendendo a demanda dos professores em formação, que vivenciam desafios cotidianos para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, uma vez que, os alunos com deficiência, transtorno global e altas habilidades ou superdotação, têm chegado às escolas para acessar o seu direito humano.

4) Desafios da prática pedagógica inclusiva e propostas para os currículos de formação.

Para que seja atendido os princípios básicos da educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos os cursos de formação precisam empreender esforços não para formação de professores especialistas em deficiências, mas nas res- significações das práticas pedagógicas, da forma de perceber e avaliar os alunos público alvo da Educação Especial com necessidades especiais a partir das habilidades apresentadas, independentemente de seu ritmo.

Os currículos do ensino superior necessitam de uma reelaboração para serem efetivados nos PPCs dos cursos de formação de professores de forma comprometida com a aprendizagem, com o desenvolvimento cognitivo e afetivo de seus acadêmicos, tornando-os atentos às diversidades socioculturais, buscando contribuir para que essas diferenças não permaneçam como principais causas da evasão, exclusão e fracasso escolar.

Verificou-se no decorrer dos estudos que os currículos dos cursos de formação de professores contemplam parcialmente, visto que na formatação das ementas das disciplinas existem conteúdos formativos que asseguram discussões sobre a educação inclusiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa produziu uma sistematização importante, porém, que requer mais aprofundamento, já que nas análises dos documentos e as entrevistas



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

realizadas percebemos disciplinas que assegurem debates e compreensões acerca da educação inclusiva, entretanto fica aquém na perspectiva dos direitos humanos.

Verificou-se também uma necessidade, quanto a formação acadêmica e/ou as práticas (vivências) dos docentes ministrantes, com mais domínio quanto aos conteúdos que contemplem o alunado da educação especial de forma ampla, sem se ater apenas a um aluno com um determinado tipo de deficiência o que iria dinamizar os conhecimentos e enriquecer as práticas nos ambientes educativos tendo participação de outros profissionais (psicólogo, terapeuta educacional, fonoaudiólogo, etc) para agregar novos olhares e contribuir com a formação inicial.

Concluimos ser um campo rico de exploração científica, uma vez que nenhum estudo estava direcionado para a formação docente a partir da proposta do Programa PARFOR, que possam analisar nos mais diversos aspectos que envolve a política de formação inicial no Brasil e nos seus municípios.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (9394/96)**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação (2001) **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério de Educação/Ministério de Justiça/UNESCO, 2006.



12 a 14
DE NOVEMBRO
2015

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008a

_____. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

CANDAU, Vera Maria. **Educação, Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas,** 2000.

CARBONARI, Paulo César. **Educação em direitos humanos: esboço de reflexão conceitual.** In: BITTAR, Eduardo C. B. *Direitos humanos no século XXI: cenário de tensão.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FERREIRA, Maria Célia Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, Maria C. R. de & LAPLANE, Adriana Lia F. de. **Políticas e Práticas da Educação Inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p.91.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** Coleção Questões da Nossa Época, v. 77. 5ª ed. SP: Cortez, 2000.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2007.

MELGARÉ, Plínio. **Direitos humanos: uma perspectiva contemporânea - para além dos reducionismos tradicionais.** *Revista Ajuris*, Porto Alegre, n. 88, p. 331-360, dezembro/2002.

ORTEGA, C. J. Educación, compensación y diversidad. **Revista de Educación Especial,** Barcelona, n. 20, pp.9-15, jul./set. 1995.

PASTELLS, A. A. La integración de alumnos deficientes en la escuela ordinaria. **Revista de Educación Especial,** Barcelona, n. 12, pp.44-57, ago./ 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Ministério da Educação e Ciência de Espanha.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, 2010.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Matemática, 2010.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Letras, 2010.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Educação Física, 2010.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia, 2011.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível (org.). Campinas, SP: Papyrus, 2010.

An aerial photograph showing a wide river flowing through a landscape. On the left bank, there is a densely populated town with many small buildings. The right bank is mostly green with some scattered structures. The sky is clear and blue.

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará